

Artigo Original

## Educação, Educação Física e Sociedade: implicações escolares na atualidade

Luciene Ferreira da Silva

*NEPEF do Departamento de Educação, UNESP Bauru, SP, Brasil  
GEPEFFE da FEF-UNICAMP, Campinas, SP, Brasil  
Grupo de Pesquisas em Lazer da UNIMEP, Piracicaba, SP, Brasil*

**Resumo:** A problemática que se busca debater neste artigo se relaciona com a vinculação da Educação Física, da Educação e da escola aos processos produtivos ligados ao mundo do trabalho. Aqui se quer compreender um pouco mais como a Educação e a Educação Física estão sendo articuladas no processo de formação profissional para que seja possível uma objetivação da Educação de modo ao alcance do desenvolvimento do sujeito por meio da Educação Física escolar, para que este possa fazer por si só, escolhas que sejam convenientes para a sua vida, no mundo social. A abordagem pretendeu ser crítica, quando partiu dos elementos concretos, se refletiu sobre estes e se apresentou possibilidades de alternativas que visaram contribuir para a preparação do licenciado em Educação Física. Ficou explícito que as políticas de formação não estão sendo suficientes, nem assumidas socialmente e que a avaliação dos cursos tem se apresentado vulnerável para a formação de licenciados.

**Palavras-chave:** Educação. Mercado de Trabalho. Educação Superior.

### *Education, Physical Education and Society: implications in school today*

**Abstract:** The problematical that we search to discuss in this article relates to the link of Physical Education, the Education and the school's production processes linked to the world of work. Here if you want to understand a little more like the Education and Physical Education are being articulated in the process of educational training in order to an understanding of Education to reach the development of the subject through the Physical education at school, so that it can do for themselves, choices that are convenient for his life in the social world. The approach intended to be critical, when leaved from the concrete elements, it reflected on these and introduced possibilities of alternatives that aimed to contribute to the preparation of degree in Physical education. It was clear that the policies of educational are not sufficient, nor socially assumed and that the evaluation of the courses have been vulnerable presented for educational graduates.

**Key Words:** Education. Educational Training. Physical Education.

### Introdução

A Formação de professores de Educação Física passa juntamente à formação de qualquer licenciado, por momentos críticos. Para se fazer tal afirmação, se baseia nos valores atribuídos e expectativas demonstradas pela sociedade e ao papel desempenhado.

Com a globalização da economia houve e há um sentimento de necessidade de "globalização da cultura" da produtividade. A Educação passa a ser vista ainda mais atrelada à idéia de "eficientismo" humano para o mundo do trabalho, para gerar riquezas materiais e bens socioculturais. Tornou-se mais importante instrumentalizar rapidamente os educandos, o que demandou agilização da preparação profissional em todas as áreas. A

instrumentalização técnica inerente aos processos produtivos, com os quais se convive cotidianamente influenciou de maneira direta na concepção dos conhecimentos, de tal forma que a produção e transformação destes deixou muitas vezes de ter o enfoque principal, quando da preparação de professores. Essa que muitas vezes se ateu aos aspectos conteudistas – instrumentais pouco reflexivos.

Para Shigunov Neto e Maciel (2004) houve uma aceleração do mundo, do mercado, por conta da economia e do modelo neoliberal assumido no Brasil na última década pelo menos. A idéia de avanço na solução dos problemas educacionais também esteve conectada à velocidade de transformações sociais, que fez surgir profissões que não existiam. Educação e

qualificação para o mundo do trabalho ficaram muito próximas, tendo a primeira que preparar para o segundo.

Por um lado, houve avanço na compreensão de vários problemas que foram e são abordados academicamente, proporcionando novas expectativas para a melhoria da formação, pelos estudiosos e por isso se está aqui na busca de uma reflexão.

A sociedade tem prioridades que são ditadas pelos homens que nela vivem e não o fazem pacificamente, porque esta possui uma organização política que a movimenta no sentido da pluralidade de estados, objetivos e de concepções.

Nesse sentido Shigunov Neto e Maciel (2004) destacam que justamente por isso não existem movimentos isolados, mas que fazem parte de projetos mais amplos. Havendo necessidade de superação de visões parciais e naturalizadas do processo educacional.

Na última década de forma mais evidente, se vivem momentos organizados rigorosamente para a produtividade. A liberação de verbas internacionais, a melhoria dos índices escolares, etc. dependem da estruturação política e econômica. A formação profissional recebe influência do contexto sociocultural econômico e político. E, a fragmentação do conhecimento, a padronização de costumes, de hábitos, de movimentos, a preocupação com a repetição, memorização, etc., para não haver perda de tempo. A velocidade do processo formativo e o objetivo da escola passaram a ser movidos para a mesma a direção, o mercado. Isso se viu reproduzido na escola, que sempre recebeu e recebe críticas por seu distanciamento da realidade e pelos meios tradicionais de ensino, que há muito não se mostram capazes de atender às reais necessidades do homem na sociedade, justamente por esta instituição se encontrar muito vulnerável, com imensa permeabilidade já que tem ao longo do tempo, se mostrado acrítica.

Shigunov Neto e Maciel (2004) destacam dois aspectos interessantes que ajudam na elucidação da problemática. Para os autores, há por um lado transposição do conceito de qualidade, vindo da área empresarial e por outro que as propostas neoliberais que enfatizaram aspectos econômicos

em detrimento dos educacionais, sociais e culturais.

O quadro descrito até aqui afeta ou se relaciona com a Educação Física escolar? Tem ela absorvido com força as expectativas socioeconômicas que desumanizam o homem, dando a ele a impressão de felicidade homogênea entre as classes? De que todos devem trabalhar, cada qual na sua função e absorverem a meritocracia como única forma de ascensão social? Ou tem “inserido os homens nos contexto social, que expressa as lutas e as contradições do seu tempo”. (SHIGUNOV NETO; MACIEL, p. 37, 2004).

O objetivo é entender este problema visualizando-o a partir de um ponto de vista mais amplo. Pretende-se “enxergá-lo” de um modo menos reducionista, já que não se intenciona tratá-lo como um problema da Educação Física e de seus profissionais unicamente. Contudo, não seria possível tentar explicá-lo de maneira convincente, sem se deter ao que a ela é inerente.

Há consenso de que a escola brasileira não vai bem e isso nem sempre vem acompanhado de uma análise mais rigorosa da função que esta deve ter. Se, formar o cidadão, se instrumentalizá-lo para o trabalho e o mercado, se prepará-lo para a vida em sociedade, organizada de acordo com o modelo socioeconômico vigente, se para interpretar o mundo e suas contradições, as relações e as possibilidades de mudanças do modelo.

A falta de “objetivação” favorece a que a escola fique à mercê de uma “aleatoriedade” que se tenta “controlar” via políticas públicas, que não alcançam suas finalidades por vários motivos. Destaca-se aqui, a falta de originalidade e o distanciamento das propostas, da realidade das escolas, incluindo cultura dos grupos, sua falta de continuidade devido aos aspectos sociopolíticos, que fazem parte do sistema brasileiro de gestão da Educação, seja na Federação, nos Estados e nos Municípios e, também aos “modismos” e dificuldades de aproximação dos estudos desenvolvidos academicamente e sua incorporação social (SILVA, 2002). Além dos aspectos políticos já destacados e atrelamento ao projeto neoliberal.

No caso da Educação Física escolar o problema não é diferente, pois, se encontra

imersa e sob a custódia da escola como um todo, porém, possui particularidades, motivos e razões. Da mesma forma que as outras disciplinas escolares, também apresenta problemas pedagógicos, metodológicos e político institucionais.

Em alguns casos, a desvalorização das disciplinas pela comunidade/sociedade, tem a ver com a aplicação destas, para a vida das pessoas, conferindo a algumas maior valor social, o que com certeza não significa que elas estejam contribuindo adequadamente para os indivíduos, que passam pela Educação escolarizada. Existe na Educação brasileira uma tradição em que se atrelam os conteúdos à importância da disciplina, não havendo uma compreensão do valor subjetivo da escola, quase não se observando os valores ali apreendidos, apenas os conteúdos desenvolvidos. Shigunov Neto e Maciel (2004) quando abordaram a doutrina liberal e seus princípios expuseram essa tendência em localizar no sujeito unicamente todas as suas potencialidades e fragilidades, com grande ênfase na lógica de mercado e ausência de apoio ou responsabilidade do Estado.

Em se tratando da Educação Física, os conteúdos não são tidos como “coisa séria”. Numa sociedade contábil, é imprescindível ter rendimentos, se impera a visão econômica lucrativa, e o tempo é visto como um fator importante no processo produtivo, por isso não se deve perder tempo, pois “tempo é dinheiro”. Assim, a Educação Física pode ser descartada, pois é visualizada como disciplina secundária, seu aspecto lúdico foge um pouco do foco produtivo (SILVA, 2002).

Não se visualiza a estruturação da personalidade e a formação de valores, condutas e posturas frente ao mundo, como um atributo também da Educação escolarizada, pois mais uma vez se reafirma: os conteúdos são vistos como únicos meios de melhorar a vida das pessoas, influenciando diretamente nelas (SILVA, 2002).

Não importa muito se o aluno gosta ou não, se supera ou não, se tem prazer ou não, se é feliz ou não, o que importa é estar preparado para o futuro e, em se tratando de clientela de escola pública, estar preparado para sobreviver, ter algum tipo de habilidade que permita ao sujeito exercer alguma atividade remunerada. Tanto o é

que ao se observar os alunos freqüentadores de cursos técnicos profissionalizantes, se visualiza alta evasão das aulas de Educação Física. Eles com certeza não conseguem “perceber” no que, esta disciplina poderá ajudá-los em seu futuro profissional.

Na academia, os estudiosos humanistas se convencem que as peculiaridades humanas quando respeitadas, resultam em seres “naturais”. Sujeitos que sabem sobre si próprias, se conhecem, possuem domínio das situações, autocontrole, auto-estima, por isso, se auto-superam cotidianamente, pois assim é a natureza humana. E, se isso em grande parte não ocorre é muito mais em função de um determinismo social que empurra contingentes para direções opostas, a partir de uma lógica predominante de aptidões naturais (SILVA, 2007)

Visto dessa forma, parece que a escola está indo na contramão daquilo que é “natural” no homem: sentir, pensar, reagir, descobrir, elaborar e reelaborar, agir continuamente no mundo. A escola tolhe o homem cotidianamente de suas características, reduzindo seu campo de atuação, toda vez que não permite desabrochar aquilo que produz seres que já chamamos acima, de “naturais”.

Então, não se concebe mais uma escola voltada para os conteúdos, mas a cultura construída historicamente. Saber interpretá-la conceituá-la, atuar com essa cultura e adquirir um desenvolvimento atitudinal perante o mundo é o caminho para o desenvolvimento humano.

Pois bem, quando se aborda a Educação Física escolar a partir deste contexto, se percebe que a visão que os usuários possuem a respeito do que seja a escola, a Educação, o professor, a sociedade, o homem etc. é multifacetada e está impregnada por equívocos, se levada em consideração a produção acadêmica na área (SILVA, 2007).

De forma ambígua, os fatores acima citados influenciam na elaboração das políticas públicas, dos currículos escolares e da formação de professores, sendo por eles também influenciados de maneira contundente, uma vez que os mesmos indivíduos que não viabilizam de maneira satisfatória a formação de tais conceitos, é que ainda são os responsáveis pelo seu encaminhamento.

Trata-se de uma situação delicada, pois os sujeitos em grande maioria que poderiam revertê-la se encontram aquém do entendimento de várias nuances do processo que envolve a Educação escolarizada, já que a maioria recebeu uma preparação deficitária em seus cursos de formação.

### Métodos

Aqui não se objetiva adentrar nos aspectos históricos, mas se saber que a problemática levantada se deve à utilização da Educação Física para o alcance de objetivos e intenções ligadas à disciplina comportamental, padronização de movimentos, hábitos e costumes que interessaram à escola em diferentes momentos. E, que para Shigunov Neto e Maciel (2004) neste momento está impregnada pela doutrina liberal que busca a defesa da economia de mercado, liberdade da iniciativa na área, e redução das funções do Estado – Estado mínimo.

Na atualidade, na escola, a Educação Física continua com pouco significado social e pouco se visualiza, em termos de alterações qualitativas na atuação profissional na escola. Academicamente, nesses momentos se recorrem a análises e pesquisas que se baseiam de um lado em índices estatísticos, apontando a ineficiência da escola, e de outro lado, numa vasta gama de problemas sociais gerados (iniciados) ou reforçados por tal fracasso. Ambos revelam a amplitude do problema e a urgência de melhorar a formação dos professores.

Na Universidade Demo (2004) expõe que não se devam repassar conhecimentos porque estes estão disponíveis eletronicamente, mas sim para que haja a reconstrução do conhecimento, entre alunos e professores, num movimento interdisciplinar.

Assim sendo, a problemática, bem como a hipótese estão expostos de modo a construir de maneira dialética, raciocínios amparados ora na realidade concreta, ora nas teorias, compondo um amálgama mais esclarecedor da realidade a ser elucidada. Gaya (2008).

No século XXI, alguns índices escolares melhoram, mas em contrapartida, se depara com fatos que remetem a reflexões acerca das metas a serem atingidas pela Educação brasileira. Há incoerências entre metas estabelecidas e as ações para alcançá-las. A questão das vagas está diminuída oficialmente nas escolas estaduais, sobretudo paulistas e das regiões sul e

sudeste do país e são frequentemente divulgadas pelos gestores públicos. É claro que a ausência de vagas não pode ocorrer dada a ser um direito de o cidadão ter acesso à Educação de qualidade. Mas, ter assento na escola não significa muito, em termos qualitativos para a formação do indivíduo nem da sociedade. Há de se considerar o aspecto do acesso enquanto forma de permanência na escola e alcance dos objetivos educacionais.

Também não resolve, proporcionar aumento de vagas e esvaziamento dos currículos. Em 1997 houve demissão de professores no Estado de São Paulo, ocorrida em virtude das alterações curriculares em que as aulas de disciplinas como Educação Física, Educação Artística e Geografia em toda a rede paulista sofreram redução em alguns casos, de três para duas aulas semanais no Ensino Fundamental e Médio (SILVA, 2002).

A reformulação do ensino técnico, para modulado, desvinculado do Ensino Médio, dificultou em muito o acesso e avanço da clientela usuária a outros níveis de escolarização, concretizando os níveis de escolarização por classes sociais.

Estes fatos servem para a reflexão sobre a Educação e seu objetivo. De forma cada vez menos agressiva e bastante solitária se percebe manifestação dos professores das instituições escolares para tentarem chamar a atenção da sociedade para a melhoria de aspectos arraigados. Há um conformismo desânimo para melhorar a Educação e a sociedade que são interdependentes e que são fruto do processo histórico e do contexto sociocultural econômico e político. Gaya (2008)

No caso da Educação Física escolar esta tem cada vez mais dificuldades de se desenvolver, dada cisão ocorrida com sua alocação na área da saúde e do total conservadorismo quanto ao atrelamento da disciplina à área de ciências biológicas.

Aspectos ligados à não profissionalização docente via aprofundamento de estudos, e em cursos de graduação com duração de no mínimo três anos e 2800 horas. Brasil (2002a, 2002b) também tem colaborado para uma práxis educacional proporcionadora de modificações substanciais com quadro negativo que se observa de formação de licenciados.

Todos estes fatos/problemas somados ao momento sócio-econômico propiciador de violência e marginalização no país, colocam grande parte da população em situação de indigna sobrevivência. E, mais uma vez se lembra aqui que os aspectos conjunturais não podem ser deixados de lado nestas análises.

A Educação como prioridade para o desenvolvimento humano exige investimentos, gestão a curto, médio e longos prazos e um projeto que envolva os demais setores sociais e populares de forma articulada.

Na realidade, os estudos sobre o fracasso escolar ajudam a observar que ainda prevalece um pensamento em que as suas causas são atribuídas ao aluno (a). Como decorrência disso, suas constituições biológicas e psicológicas são apontadas como deficientes, anormais, deficitárias, incompletas, etc. É como se o aluno que não aprende, possuísse deficiências ocasionadas por sua desnutrição, por sua condição genética ou por sua cultura. Por isso, se tenta naturalizar aonde poderá chegar cada um: até onde cada um for capaz. É claro que em parte, as teorias de aptidões naturais alcançam adeptos, mas a Educação enquanto área que lida com a cultura, a política e a sociedade não pode se impregnar de visões superadas, estereotipadas e preconceituosas e, para isso, muito há de se fazer academicamente no processo de preparação profissional.

Para Demo (2004) a ciência é a arte de argumentar e polemizar e não a de arranjar resultados definitivos.

A predominância de pensamentos dessa natureza na atualidade, decorre em grande medida da formação deficitária que têm os profissionais da área. No caso dos licenciados em Educação Física e salvaguardadas as peculiaridades da formação, não é diferente.

Como usualmente se procura no sujeito, a resposta para o seu fracasso, se acaba produzindo uma história bastante conhecida de todos: evasão da escola e das aulas, quando se perde a motivação e o aluno sente-se impotente, com uma capacidade intelectual reduzida, a ponto de ele próprio se convencer de que deve abandonar a escola ou as aulas, assumindo frustrações, relativas à sua capacidade de aprender, participar e ser aceito. Ainda que não abandone adquire uma postura negativa que se

orienta mais para uma ação obrigatória do que de uma necessidade pessoal ligada à satisfação.

Toma-se aqui como hipótese então, que nesse longo processo, os sujeitos envolvidos, alguns leigos, outros nem tanto, já que aí se inclui além dos alunos e seus pais, os professores, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas, possuem uma forma de compreensão dos problemas escolares, bastante semelhante. A interpretação perpetua-se assentada sobre um conjunto de costumes, crenças, normas e valores próprios do meio.

Essa visão predominante a respeito do papel da escola, da Educação, dos professores etc., deve ser diferenciada e de fato o é, muito embora, se note que em grande medida, os agentes educacionais escolares, sigam as mesmas orientações dos agentes educacionais que estão fora da escola, ou ainda, ou dos não-profissionais da área, não conseguindo romper com esse pensamento em que se visualiza no próprio aluno as causas de seu fracasso, atribuindo a mitos tradicionais a explicação para esse problema tão complexo. Assim, não são capazes de desvalorizar a escola, identificando nela as falhas. Compartilha-se de um pensamento onde a escola se faz necessária, é boa, é útil, sendo que em maior ou menor medida ela se faz imprescindível a todos.

## Resultados

A formação de professores implica em considerar o momento atual, influenciado fortemente pela globalização da economia, que faz com que se proclame a todo o instante por vários meios, o quanto é urgente a instrumentalização dos trabalhadores para atuarem adequadamente e, sobretudo, para manterem-se no mercado de trabalho altamente competitivo. Há o anúncio de que não haverá lugar para aqueles que não tiverem versatilidade e conhecimentos amplos. Os indivíduos têm, e terão cada vez mais, que dominar conhecimentos de várias áreas do saber, especialmente os de tecnologia/ informática, comunicação e língua estrangeira, tidos como quase obrigatórios sendo que o Estado assume cada vez mais a função de Estado mínimo. Shigunov Neto e Maciel (2004).

A questão do fracasso da escola diante das novas exigências sociais, configura-se de uma forma a ampliar cada vez mais a necessidade da melhoria educacional oferecida. Talvez essa nova

fase que revela uma crise social extensa, possa estar sendo desencadeada por necessidades do mercado, mas a abrangência de seus efeitos são muito maiores. Após analisar as questões relativas a esta temática nos inúmeros trabalhos produzidos, Gatti (1997) deteve-se ao movimento de transformação em que a informação e a comunicação ocupam papel central, sendo essencial as capacidades de decodificação e interpretação da informação, que para seu desenvolvimento dependem do domínio de áreas diversas de saberes e obviamente da Educação.

Para Demo (2004) é necessário desenvolver a lógica do questionamento e a pesquisa deve sobressair como princípio educativo.

Os tempos de predominância do liberalismo têm revelado mudanças de paradigmas na capacitação profissional, para os setores mais avançados. A criatividade, versatilidade e resolução de problemas de maneira eficaz e rápida, são qualidades/características exigidas para se conseguir trabalho no mercado atual, tão concorrido. Este período de mudanças pode resultar em novas formas de relações de trabalho. Como afirma Gatti (1997), pode haver o desaparecimento do padrão vigente, em que o indivíduo fica por longo período exercendo uma só profissão, muitas vezes em tempo integral numa só instituição. Podem surgir outras atividades, oriundas da necessidade de suprir inclusive a falta de empregos e estas tendem a estar organizadas de formas diferentes das usuais.

Nessa perspectiva Gatti (1997), afirma que todo este contexto necessita ser estudado, aprofundado, percebido pelos responsáveis pelas políticas educacionais e outros sujeitos envolvidos com a Educação. Lembra que um cenário “cambiante” deve ser a referência para decisões em Educação.

Como já foi apontado o intuito neste artigo discutir a respeito da competência do professor de Educação Física que está na escola de por que é desvalorizado neste momento histórico e quais relações se podem estabelecer com a formação profissional.

Historicamente, no caso do Estado de São Paulo, as aulas de Educação Física ocorrem com o professor habilitado (PEB I- Professor do Ensino Básico I, antigo Polivalente). Só no caso deste não aceitar é que a escola pode requisitar que o licenciado da área assuma tal tarefa (SILVA, 2002).

Em tempos de neoliberalismo, a “contenção de despesas”, o “corte nos gastos públicos” e o “enxugamento da máquina administrativa”, são ações comuns e não foi só por “inconsistência” ou “incompetência” que se permitiu a exclusão do licenciado da área. E não foi à toa que a disciplina foi “escolhida”, já que a não efetivação das aulas não causaria grandes protestos pela comunidade. A desvalorização da Educação Física na escola, ocorre não só por parte dos alunos e pais de alunos, mas também, pelo corpo docente e administrativo. Convém lembrar que todos ou quase todos vivenciaram aulas de Educação Física ao longo de suas trajetórias de vida e que para alguns foram significativas mas para outros, nem tanto.

Academicamente existe forte defesa da Educação Física na escola, mas mesmo assim observa-se sua vulnerabilidade quando sua exclusão parece não causar sérios prejuízos aos alunos. Esse pensamento predomina em virtude da escola se prender quase que exclusivamente ao caráter utilitário dos conteúdos, para caracterizar o que é ou não importante para a formação do aluno. Sendo que é fato que sem sua obrigatoriedade, a Educação Física dificilmente se manteria no Ensino Fundamental.

Essa afirmação se calca no fato, por exemplo, de ela ser facultativa aos alunos dos cursos noturnos (técnicos profissionalizantes) e também aos do Ensino Superior. Brasil (1996)

Ao tratar da competência desse profissional para atuar na escola é necessário compreender se a formação oferecida permite na escola que a Educação Física extrapole esse universo instrumental para assumir um educacional. Se a formação foi suficiente para através de um conjunto de conhecimentos darem aporte para enxergar com clareza o que ao profissional compete de fato realizar, numa instituição educacional. Se este consegue otimizar os conhecimentos para que os mesmos venham a ter aplicabilidade na vida dos seus alunos.

As discussões sobre onde se esbarra fundamentalmente os problemas da formação profissional em Educação Física está na não delimitação do seu objeto de estudo. Ou seja, não se sabe o que realmente caracteriza o profissional da área, o que só compete a ele realizar. Ponto crucial dessa discussão, a não clareza em relação ao objeto, atravanca o

processo de explicitação de linhas norteadoras para a formação desse profissional. Tojal (2004).

A atuação profissional então segue por inúmeros caminhos, mas, pelo menos, grosso modo, dois se mostram mais distintos, um que se direciona para o campo das ciências médicas e biológicas e outro que se encaminha para a área de ciências humanas/sociais.

A criação do bacharelado em 1987 constituiu-se em um meio de minimizar tal polêmica ao encaminhar ao bacharelado aqueles que não pretendiam atuar com a Educação Física escolar. Porém, se nota que isso não melhorou suficientemente o problema da formação, pois os licenciados continuam insuficientes preparados para a ação educacional. Brasil (1987)

O que se nota é que cotidianamente a Educação Física é solicitada por segmentos de mercado, de atuação variada e tem colocado aos profissionais, muitas opções quanto ao que podem desempenhar. O mercado é que tem definido as competências profissionais, criando possibilidades junto às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de diferentes segmentos da sociedade, sejam nos clubes, nas escolas, em academias, hotéis, spas, clínicas, hospitais e vários outros espaços, de forma educativa, compensatória, artística, de rendimento, etc. Todas essas alternativas de ações com esse variado campo de aplicação desencadeiam conflitos que, conseqüentemente, promovem reflexões junto aos estudiosos de formação profissional.

É grande a confusão existente na comunidade não acadêmica o que também dificulta o processo de transformação cultural, e ela se origina e mantém justamente pela não delimitação do objeto de estudo da Educação Física. Muito embora este se constitua em um grande problema, há de se considerar que os profissionais da área lidam com o homem, sendo assim, devem conhecê-lo, pois onde quer que esteja é homem e, como tal, apresenta características, desejos e necessidades. É imprescindível ter sólido conhecimento sobre esse homem, aonde vive, como vive, para poder de fato, saber como atuar com ele, com suas peculiaridades, com as individualidades, com essa bagagem que carrega consigo e que é inerente a cada cidadão, em cada contexto (SILVA, 2002).

Mas afinal de contas, de que profissional estamos falando? Licenciado ou Bacharel em Educação Física, o que de fato faz o profissional de Educação Física?

É certo que a área precisa ser definida, um conhecimento delimitado. Há de se encontrar um conhecimento central que sirva de base para qualquer campo de atuação, dentro ou fora da escola. Só assim, o profissional será capaz de absorver informações, atualizando os seus conhecimentos, exatamente por possuir uma sólida base de formação inicial (SILVA, 2002).

Mas o maior problema a ser resolvido é justamente o da definição do que é básico na formação do profissional de Educação Física. Longe de querer responder a esta questão, tem-se interesse no momento, de encaminhar a discussão para um ponto que parece primordial ao profissional: licenciado ou bacharel. Por ora, lidam com o homem, portanto, necessitam saber sobre a sociedade, a natureza, e a cultura, mais especificamente aquela que se tem chamado de corporal ou de movimento. Além disso, deva ter também conhecimentos educacionais.

Porém, essa fragmentação tem se manifestado na ação educacional de forma negativa, não havendo conexão entre os vários tipos de conhecimentos. A idéia de relação parece mais oportuna nos currículos: com a natureza, com a sociedade, com o cidadão e com a cultura (SILVA, 2006).

O exercício de raciocinar nos leva a dois caminhos que já estão sendo vivenciados e que poderão causar prejuízos à área. Um é o da legalização da formação dos licenciados por meio de legislações específicas com abrangência ou não das determinações legais para formação de bacharéis em Educação Física. O que houve foi que por volta do ano de 2002 se pensava predominantemente numa separação entre as formações. Oliveira (2006). Em cursos distintos, cada qual com seu objetivo e mercado definido. Porém, com o passar do tempo e, sobretudo, por conta do mercado o processo de formação começou a ficar muito eclético, com Projetos Pedagógicos que tentavam propor “dois cursos em um”, ou seja, um curso de licenciatura com uma terminalidade em bacharelado, com especificidades variadas.

Legalmente o contrário não pode ocorrer, ou seja, um curso de bacharelado com algumas

disciplinas educacionais não deverá ser aceito pelos órgãos fiscalizadores, mas isso também pode estar ocorrendo, haja vista a fragilidade que se instala quando mais de um órgão se responsabiliza pelas normatizações e fiscalizações dos cursos superiores no país. O INEP/MEC e os Conselhos Estaduais de Educação não comungam dos mesmos critérios e graus de rigorosidade e os avaliadores (as) não possuem o respaldo necessário por conta da imprecisão do que se busca formar na área (SILVA, 2006).

Qualquer indivíduo que queira ser professor deve conhecer o homem em profundidade, para poder “conhecer como o homem conhece”. Saber como isso ocorre é dever de qualquer profissional que queira atuar com processos de ensino - aprendizagem de maneira satisfatória. Se o profissional de Educação Física atuar enquanto professor, pelo menos essa competência precisa ser de fato verificada em suas ações. Mas além disso, esse profissional na escola deve assumir uma função mais abrangente que permeia o processo de ensino - aprendizagem. Na escola, aquele que ensina desempenha a função de educador (SILVA, 2002).

Nessa perspectiva, a preparação do licenciado em Educação Física deve oferecer sólidos conhecimentos que lhes permitam desempenhar ações político sociais, promotoras de transformações na sociedade e para isso a visão ampliada de escola se faz necessária, como instituição social. Os cursos de formação de educadores devem preparar esses profissionais de uma maneira que os tornem conhecedores do homem “integral”, da sociedade e das inter-relações estabelecidas entre estes, superando o senso comum. Silva (2002)

Também há de se levar em conta que a Educação ocorre fora do ensino formal e sendo assim, nada mais coerente que esses profissionais tenham de fato uma sólida formação básica, já que seu espaço de intervenção não é neutro e nem se encontra imóvel, primeiro porque atua com seres humanos constituídos historicamente, segundo, porque estes se encontram organizados social e politicamente.

Sendo assim, o profissional de Educação Física ultrapassa os limites impostos pela sua formação básica, iniciada na graduação, mas sem sombras de dúvida dela depende para

desempenhar qualquer função, inclusive a de ter dúvida, curiosidade e desejo de avançar, mediante a compreensão que tem de seu papel, do movimento da sociedade e dos limites impostos por ela. Percepção que só se alcança quando se tem claramente definida a função a ser desempenhada, seja pelo profissional que irá atuar como bacharel ou por aquele que opta pela licenciatura. Silva (2006)

Há prevalência de currículos que dissociam teoria e prática, que supervalorizam os esportes e as técnicas, com deficiência teórica, os quais tem sido objeto de estudos acadêmicos que pretendem promover modificações de uma prática através de uma formação mais adequada, no entanto, questões cruciais e que desde o início tem perpassado o texto não podem ficar à margem do processo pois são definidoras. O contexto atual em que se vive faz aligeirar a formação, fez e faz ampliar excessivamente o número de Instituições de Ensino Superior Privadas no País, que como tal concorrem livremente no mercado vendendo produto com objetivo de obtenção de lucro.

## Conclusões

Na escola, há necessidade de ampliação dos recursos destinados à área para a qualificação dos profissionais após a graduação, que propicie a valorização do magistério, com a melhoria real das condições de trabalho e remuneração para os profissionais da Educação, bem como, das condições materiais de estudo e trabalho. Número adequado de alunos por sala e redução do número de aulas por período para a área da Educação Física, por professor. Atendimentos psicopedagógico, fonoaudiológico, entre outros, que possam ajudar os alunos a superar dificuldades e avançar em seu desenvolvimento. Além disso, é importante o estabelecimento de uma política de formação / preparação de educadores, que não seja superficial e que lhes possibilite colaborar na construção de uma Educação democrática e de qualidade.

Algumas medidas adotadas pelos órgãos governamentais, bem como a ausência de outras, contradizem, como já dito, a meta de aumentar o número de alunos concluintes do Ensino Fundamental. Mais do que isso, contradiz os discursos proferidos em prol da melhoria da qualidade educacional. Tal afirmação torna-se ainda mais pertinente se tomarmos como mais

um exemplo, a redução do apoio à pesquisa científica, incluindo a educacional. No ano de 2007 e parte de 2008 foi suspenso no Estado de São Paulo o apoio aos professores que optassem por se qualificar em cursos de pós – graduação.

Também ocorre que aqueles que se afastam com prejuízos de vencimentos e sem perda das demais vantagens se surpreendam quando são informados da perda da aposentadoria especial. Ou seja, a legislação não é clara, e os docentes que cursam mestrado e doutorado voltam para a escola para, cumprimento do tempo de serviço, em sala de aula, a partir de legislação não específica para professores.

Pensando assim, reforça-se ainda mais a necessidade de favorecer um processo de Educação continuada, providenciando os cidadãos que serão os profissionais do próximo século com conhecimentos abrangentes, rompendo os momentos estanques de sua formação por meio de uma capacitação que deverá ocorrer por toda a vida. E isso depende dos estudos acadêmicos pois, é preciso além de conhecimentos, despertarem anseios para se aperfeiçoar/capacitar continuamente, e desejos, que só podem ser conseguidos mediante a clara definição do papel do profissional na sociedade.

Considera-se aqui que o problema do despreparo profissional em grande medida depende da destinação de recursos que se bem gestados poderiam melhorar na intervenção educacional, e, também das prerrogativas legais que sustentem o processo de formação em nível superior e de política de pós – graduação.

Conclui-se que formação em Educação Física não deve estar desconectada das pedagogias e metodologias para aqueles que serão licenciados ou não, e que a opção pelo bacharelado não precisa necessariamente excluir tais conhecimentos. Professores devem de fato compreender os seres humanos em todas as suas dimensões e a sociedade onde vivem.

Também, que na graduação se faz urgente a valorização do aprofundamento dos acadêmicos sobre a sociedade, a Educação, a Política, a ética, a história. Isso não desconectado dos conhecimentos mais específicos da área da Educação Física. Há necessidade de tempo para isso e um currículo mínimo num Estado mínimo possivelmente não romperão com este estado de coisas.

## Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei Darcy Ribeiro.**

Disponível em:

<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1996/9394.htm> Acesso em: 31 jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 3 de 16 de Junho de 1987.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1 de 18 de fevereiro de 2002.** Disponível em:

[http://www.udesc.br/arquivos/secao/proen/diretrizes/resolucao\\_2002\\_1\\_CNE\\_CP.pdf](http://www.udesc.br/arquivos/secao/proen/diretrizes/resolucao_2002_1_CNE_CP.pdf) Acesso em: 31 jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2 de 19 de fevereiro de 2002.**

DEMO, P. Professor do futuro e reconstrução do conhecimento. In: SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Org.) **Formação de professores: passado, presente e futuro.** São Paulo: Cortez, 2004.

GATTI, B. A. **A formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GAYA, A. (Org.) **Ciências do movimento humano: introdução à metodologia da pesquisa.** Porto Alegre: ArtMed, 2008.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Org.) **As políticas neoliberais e a formação de professores: propostas de formações simplistas e aligeiradas em épocas de transformações.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, L. F. **A trajetória da educação física nas primeiras séries do ensino fundamental na rede pública do estado de São Paulo: entre o proposto e o alcançado.** 2002. 187 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SILVA, L. F. O lazer: educação e a formação de licenciados em educação física nas universidades públicas estaduais de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 18., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC, 2006.

SILVA, L. F. Sobre o tempo: reflexões sobre o lazer: educação à luz dos estudos de Norbert Elias. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 19., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

OLIVEIRA, A. B. A formação profissional em educação física: legislação, limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.) **Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas**. Rio Claro: Biblioética, 2006.

TOJAL, J. B. A. G. **Da educação física à motricidade humana: a preparação do profissional**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

Esse artigo foi apresentado no IV Seminário de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo da Educação Física- NEPEF, realizado na UNESP/Bauru de 20 a 23 de novembro de 2008.

#### **Nota do Autor**

Autora: Dra. Luciene Ferreira da Silva  
Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP  
Faculdade de Ciências- Campus de Bauru  
Membro do NEPEF-UNESP, GEPEFE – UNICAMP e GPL-UNIMEP

#### Endereço:

Luciene Ferreira da Silva  
Departamento de Educação – UNESP  
Rua Manoel Pereira Rolla, 12-55, apto 104  
Vila Universitária  
Bauru SP Brasil  
17012 190.  
Telefone: (14) 2103 6081  
e-mail: [lucienebtos@ig.com.br](mailto:lucienebtos@ig.com.br)  
[luciene@fc.unesp.br](mailto:luciene@fc.unesp.br)

*Recebido em: 30 de setembro de 2008.*

*Aceito em: 1 de novembro de 2008.*



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)